

Agências Reguladoras: finalidade e desafios

Dimas Ramalho (*)

As transformações estruturais dos serviços públicos brasileiros nos anos 1990 tiveram como consequência a criação de agências reguladoras, adotadas no país com a roupagem de autarquias em regime especial

A lógica envolvida no emprego dessas entidades é clara: conferir-lhes autonomia para que possam executar a regulação de serviços concedidos ou privatizados com menor ingerência política governamental e maior competência técnica.

Ou seja, quando o Estado deixava de ser o prestador direto de importantes atividades para a população, buscou-se uma solução institucional que pudesse proporcionar o melhor regramento dos diversos setores econômicos impactados pelas reformas, como os de telefonia, energia elétrica, óleo e gás, saneamento e transporte, entre outros.

Inicialmente criadas para atuar na esfera federal, as agências de regulação logo foram adotadas também em âmbito estadual, à medida que as unidades da Federação promoviam a concessão ou a privatização de serviços. Em São Paulo, por exemplo, surgiram a Artesp (Agência de Transporte do Estado/SP) e a Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado/SP).

O trabalho desempenhado pelas agências é de fundamental importância para a boa prestação de serviços públicos à sociedade. A elas cabe a regulação dessas atividades, o que abrange desde a edição de regulamentos específicos para alguns setores até a aplicação de sanções às empresas concessionárias.

A expedição de normas fixa regras para o atendimento de padrões de qualidade, continuidade e eficiência dessas atividades essenciais para a população. O foco deve estar no equilíbrio fino entre as necessidades e os direitos dos cidadãos-usuários e os deveres das empresas prestadoras, sem deixar de lado os aspectos técnicos e econômicos envolvidos.

Parte das atribuições dessas autarquias envolve a fiscalização e o controle dos serviços prestados, cuja finalidade é aferir se tais atividades estão em conformidade com os contratos assinados com o Poder Público, bem como se elas cumprem as metas de desempenho e os objetivos buscados. Dentro dessas

atribuições, prevê-se a possibilidade de penalizar as empresas quando sua atuação se der fora dos padrões contratuais e regulamentares.

Por isso, não é exagero afirmar que a vida cotidiana dos cidadãos se relaciona diretamente com a atuação de tais entidades públicas. Desde a qualidade da água que chega à torneira das casas, passando pelo fornecimento regular de energia elétrica e de serviços de internet e telefonia móvel, até as regras relativas à operação de aeroportos e rodovias, todos esses serviços pertencem ao campo de atuação de agências reguladoras.

A Artesp, por exemplo, é responsável pela regulação de mais de duas dezenas de concessões de rodovias no estado de São Paulo, cuidando de assuntos que envolvem as obras de duplicação e manutenção das estradas, a prevenção de acidentes, os valores das tarifas de pedágio e a prorrogação dos contratos vigentes.

Essa amplitude de competências e atribuições das agências reguladoras também tem gerado críticas por parte da sociedade. A principal delas refere-se à sensação de desequilíbrio na relação entre os usuários e as empresas concessionárias de serviços públicos, dadas as incontáveis decisões em favor destas.

Podemos citar como exemplos a diminuição do limite de bagagens para os passageiros das companhias aéreas e os constantes reajustes nos contratos das operadoras de planos de saúde. Critica-se ainda a efetividade da fiscalização exercida sobre as empresas, especialmente em cenários de falhas reiteradas, como os constantes apagões elétricos pelos quais passam algumas cidades paulistas.

O que devemos ter em mente é a missão originária das agências reguladoras, ou seja, a proteção dos usuários e a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados. O aprimoramento de suas ações passa pela mobilização e pelo engajamento da sociedade civil, da classe política e dos órgãos de controle.

Estes últimos, em especial, devem atuar para que as agências reguladoras promovam, de fato, o equilíbrio do setor econômico em benefício da coletividade. Espero que o novo marco legal, construído e avalizado pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado, impulse mudanças nesse sentido.

(*) - É Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Empreendedoras: técnicas de desenvolvimento pessoal tornam as marcas atraentes

Nos últimos anos, tem se destacado uma tendência entre empreendedores de sucesso que vai além das estratégias tradicionais de branding

Cada vez mais, mulheres empreendedoras têm buscado integrar sofisticação de marca com desenvolvimento pessoal, uma abordagem que fortalece a posição de seus negócios no mercado e, que em paralelo, modifica as suas vidas pessoais.

A chave dessa abordagem está em transformar um negócio comum em uma marca de desejo, capaz de captar a atenção não apenas pelo produto ou serviço oferecido, mas pela identidade e valores que ela transmite. Essa transformação vai além da qualidade do produto, incluindo narrativas envolventes e autênticas aliadas com o público-alvo. Isso não só atrai clientes como constrói diferenciação.

• O impacto pessoal no crescimento dos negócios - Atualmente, além do aspecto visual da marca, a integração do desenvolvimento pessoal tem se mostrado essencial para o sucesso sustentável dos negócios. Muitas empreendedoras que investem em seu crescimento pessoal melhoram suas habilidades de gestão e



fortalecem sua resiliência e capacidade de adaptação às mudanças do mercado.

Segundo Tatiana Mika, especialista em sofisticação e posicionamento de marcas, essa abordagem integrada é o que aumenta a autenticidade do negócio. "Ao trabalhar com mulheres empreendedoras, enfatizo a importância de se conectar com seus valores pessoais e integrá-los à identidade de suas marcas. Isso fortalece a mensagem que elas desejam transmitir ao mundo", destaca.

• Técnicas de branding e neurolinguística - A sofisticação não se limita

apenas à estética ou às estratégias de marketing. Ela envolve métodos avançados de branding que exploram profundamente a psicologia do consumidor, como a programação neurolinguística (PNL), que explora como a linguagem influencia pensamentos e comportamentos, ajudando a identificar padrões que indicam preferências e motivações dos consumidores.

Segundo Tatiana, quando aplicada de maneira autêntica e fiel aos valores da marca, a PNL pode ajudar a ajustar a linguagem e o tom de comunicação de uma marca para melhor se alinhar com

as expectativas e valores da comunidade onde está inserida, criando conexões duradouras e influenciando decisões de compra. "Essa estratégia aumenta a eficácia das campanhas de marketing e fortalece a percepção da marca como uma aliada confiável de seus consumidores ou usuários", salienta.

• Empreendedorismo feminino - Um dos aspectos mais importantes da abordagem integrada é seu efeito transformador na vida de mulheres empreendedoras. Ao alinhar suas identidades pessoais com suas marcas, elas evoluem seus negócios e inspiram novas gerações de empreendedoras.

Com o desenvolvimento pessoal de lideranças femininas, cria-se um ciclo de capacitação e empoderamento feminino. "A jornada pessoal de crescimento e superação de desafios não só fortalece uma líder como também inspira outras mulheres a seguirem seus passos, criando um impacto positivo na sociedade", ressalta Tatiana. - Fonte e mis informações: (<https://www.panodeprato-etc.com/>).

IA deve gerar transformação radical nos serviços públicos do Brasil

O investimento do governo brasileiro em Inteligência Artificial (IA), por meio do programa "IA para o Bem de Todos", deve gerar impactos transformadores para a população, em termos de inovação e qualidade.

Essa é a avaliação de Wagner Andrade, CEO da dataRain, uma das mais relevantes parceiras da AWS na América Latina. Com um orçamento de R\$ 23 bilhões para os próximos quatro anos, a iniciativa visa não apenas alavancar a infraestrutura tecnológica do país, mas também promover avanços em áreas essenciais como saúde, educação, meio ambiente e gestão pública.

Andrade destaca a importância desse plano como um passo importante para o Brasil se posicionar no cenário global de IA. "Embora o investimento pareça modesto, quando comparado aos gastos de potências como Estados Unidos e China, ele é equivalente ou até superior ao que países europeus de ponta estão destinando para IA", afirma, ao ressaltar que o projeto foi resultado de um processo de ampla discussão, que envolveu mais de 117 instituições, garantindo que as ações estejam alinhadas com as necessidades reais do país.

Um dos grandes méritos do programa é a estrutura organizada em cinco eixos principais, com um foco inicial em ações de impacto imediato que receberão R\$ 435 milhões. "O Brasil está caminhando para integrar a IA em setores cruciais como saúde e educação. São ações que têm o potencial de transformar radicalmente a maneira como os serviços públicos são prestados, trazendo benefícios tangíveis para os cidadãos", explica.

Na área da saúde, por exemplo, o uso de IA já se mostra promissor com iniciativas como a personalização dos cuidados e a utilização de big data para o tratamento do câncer. "Estamos vendo um avanço impressionante na medicina preventiva e no diagnóstico precoce de doenças, o que pode salvar inúmeras vidas. A IA está permitindo que as decisões médicas sejam mais informadas e precisas, o que é essencial para um país com um sistema de saúde tão complexo como o nosso", argumenta.

No campo da educação, a IA será utilizada para monitorar o aprendizado dos estudantes, identificar



dificuldades e adaptar o conteúdo educacional às necessidades individuais de cada aluno. "Essas ferramentas podem revolucionar o ensino no Brasil, especialmente em regiões onde os recursos são escassos. O programa prevê, por exemplo, a implementação de sistemas de tutoria inteligente em matemática, que poderão melhorar significativamente o desempenho dos alunos".

Apesar dos avanços promissores, Andrade alerta que o Brasil ainda enfrenta desafios consideráveis, como o alto índice de analfabetismo funcional e as deficiências na educação básica e no ensino médio. "Estamos em um momento histórico disruptivo e o país precisa vencer essas barreiras para se tornar competitivo na era da informação", afirma.

Segundo ele, embora possua ilhas de excelência, a desigualdade econômica e educacional ainda impede que o Brasil esteja plenamente preparado para a revolução da IA. Por isso, conclui com uma visão otimista, mas realista: "A revolução da IA trará muitas surpresas e desafios nos próximos anos. O Brasil, com as medidas certas, tem a oportunidade de transformar essas mudanças em um motor de progresso social e econômico.

Porém, é crucial que continuemos a investir em educação e infraestrutura para garantir que todos possam se beneficiar dessa nova era tecnológica". - Fonte e outras informações: (<https://www.datarain.com.br/>).